

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL
CNPJ 82.898.107/0001-63
Balneário Camboriú – SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais)



FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL
CNPJ 82.898.107/0001-63
Balneário Camboriú – SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais)

A T I V O

		2019	2018
CIRCULANTE		<u>1.150.543,61</u>	<u>937.578,82</u>
DISPONIBILIDADES		<u>147.459,76</u>	<u>360.009,73</u>
Caixa e equivalentes	04	147.459,76	360.009,73
DIREITOS REALIZÁVEIS		<u>1.003.083,85</u>	<u>577.569,09</u>
Clientes	05	980.648,74	510.668,95
Adiantamentos	06	11.291,45	31.772,61
Impostos a recuperar	07	2.676,57	28.567,78
Outros valores a receber		2.820,00	2.460,00
Despesas do exercício seguinte		5.647,09	4.099,75
NÃO CIRCULANTE		<u>2.038.425,18</u>	<u>2.057.950,77</u>
DIREITOS REALIZÁVEIS		<u>51.666,78</u>	<u>-</u>
Depósitos judiciais	08	51.666,78	0,00
IMOBILIZADO	09	<u>1.986.758,40</u>	<u>2.057.950,77</u>
Bens de uso		3.850.219,14	3.748.249,96
(-) Depreciações acumuladas		(1.863.460,74)	(1.690.299,19)
TOTAL DO ATIVO		<u>3.188.968,79</u>	<u>2.995.529,59</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL
CNPJ 82.898.107/0001-63
Balneário Camboriú – SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais)

P A S S I V O

		2019	2018
CIRCULANTE		<u>1.776.254,86</u>	<u>1.422.419,87</u>
Fornecedores		10.917,19	11.910,98
Obrigações sociais e trabalhistas	10	498.880,41	558.899,09
Instituições financeiras	11	560.083,09	289.380,87
Obrigações tributárias	12	80.742,77	28.108,80
Adiantamentos de terceiros		0,00	350.000,00
Obrigações tributárias parceladas	13	138.853,90	136.996,92
Credores diversos	14	486.777,50	47.123,21
NÃO CIRCULANTE		<u>2.055.119,53</u>	<u>2.244.648,91</u>
Obrigações tributárias parceladas	13	1.260.619,53	1.822.148,91
Obrigações Contingenciais	15	794.500,00	422.500,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>(642.405,60)</u>	<u>(671.539,19)</u>
Reservas de Capital		2.100.000,00	2.100.000,00
Superávit (Déficit) Acumulados		(2.742.405,60)	(2.771.539,19)
TOTAL DO PASSIVO		<u>3.188.968,79</u>	<u>2.995.529,59</u>



(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL
CNPJ 82.898.107/0001-63
Balneário Camboriú – SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		01/jan./2019 a 31/dez/2019	01/jan./2018 a 31/dez/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	<u><u>6.171.875,40</u></u>	<u><u>5.281.372,23</u></u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u><u>(6.072.939,87)</u></u>	<u><u>(5.876.771,08)</u></u>
Despesas Operacionais		(6.156.599,86)	(5.876.771,08)
Outras receitas operacionais		83.659,99	0,00
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u><u>98.935,53</u></u>	<u><u>(595.398,85)</u></u>
RESULTADO FINANCEIRO	19	<u><u>(60.601,86)</u></u>	<u><u>(30.294,42)</u></u>
Despesas financeiras		(70.925,03)	(42.205,08)
Receitas financeiras		10.323,17	11.910,66
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		<u><u>38.333,67</u></u>	<u><u>(625.693,27)</u></u>
Provisão p/ imposto de renda		(5.750,05)	0,00
Provisão p/ contribuição social sobre o lucro		(3.450,03)	0,00
SUPERÁVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO		<u><u>29.133,59</u></u>	<u><u>(625.693,27)</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL
CNPJ 82.898.107/0001-63
Balneário Camboriú – SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.100.000,00	(2.145.845,92)	(45.845,92)
Superávit (Déficit) do Exercício	0,00	(625.693,27)	(625.693,27)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.100.000,00	(2.771.539,19)	(671.539,19)
Superávit (Déficit) do Exercício	0,00	29.133,59	29.133,59
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.100.000,00	(2.742.405,60)	(642.405,60)
Mutações do Período	0,00	(141.691,26)	(141.691,26)



(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL
CNPJ 82.898.107/0001-63
Balneário Camboriú – SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	29.133,59	(625.693,27)
Aumento(redução) dos itens que não afetam caixa		
Depreciação do período	173.161,55	161.062,70
Redução (aumento) dos ativos		
Clientes	(469.979,79)	(157.641,00)
Adiantamentos	20.481,16	(14.867,72)
Impostos a recuperar	25.891,21	(8.278,58)
Outros valores a receber	(360,00)	(660,00)
Despesas do exercício seguinte	(1.547,34)	(1.272,35)
Depósitos Judiciais	(51.666,78)	
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(993,79)	11.910,98
Obrigações sociais e trabalhistas	(60.018,68)	174.154,71
Instituições financeiras	270.702,22	289.380,87
Obrigações tributárias	52.633,97	6.347,12
Adiantamentos de terceiros	(350.000,00)	350.000,00
Obrigações Contingenciais	372.000,00	422.500,00
Credores diversos	439.654,29	(34.411,76)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>449.091,61</u>	<u>572.531,70</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(101.969,18)</u>	<u>(118.560,01)</u>
Aquisições do imobilizado	(101.969,18)	(118.560,01)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(559.672,40)</u>	<u>(134.646,68)</u>
Obrigações tributárias parceladas	(559.672,40)	(134.646,68)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(212.549,97)</u>	<u>319.325,01</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(212.549,97)</u>	<u>319.325,01</u>
Disponibilidades no início do exercício	360.009,73	40.684,72
Disponibilidades no final do exercício	147.459,76	360.009,73

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL
Balneário Camboriú – SC
CNPJ 82.898.107/0001-63
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL, constituída em 12 de abril de 1924, com sede na cidade de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, é uma entidade estadual de natureza desportiva. De direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, gozando, nos termos do artigo 217, Inciso I, da Constituição Federal, de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, regido pelas normas legais do país e regras desportivas vigentes.

Seu principal objetivo é administrar, dirigir, fomentar, difundir, incentivar e fiscalizar, de acordo com a competência legal, a prática de futebol, profissional e amador do Estado de Santa Catarina incentivando sua difusão e aperfeiçoamento e a melhoria técnica e organizacional das atividades desportivas.

O patrimônio da Federação compreende os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título, troféus e prêmios que são insuscetíveis de alienação, fundos existentes ou bens resultantes de sua inversão e doações.

NOTA 02 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) Base de Preparação

As demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas, com base no ITG 2002 – Entidades para fins não lucrativos, em consonância com a NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas, emitidos pelo CFC, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Atendendo os termos da NBR TG 1000, a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis do exercício anterior apresentadas para fins de comparação, podem conter algumas reclassificações para melhoria da informação de comparabilidade.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade da entidade em continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação da atividade.



A administração da entidade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a data da autorização para emissão dessas demonstrações.

B) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

C) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios de 01/01/2019 a 31/12/2019 e 01/01/2018 a 31/12/2018 (comparativas), estão sendo apresentadas em Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 do CPC PMEs (R1).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

D) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e estoques.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 03 PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

A) Instrumentos Financeiros não Derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha

a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacam-se:

1) Caixa ou Equivalentes de Caixa

Caixa e bancos incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2) Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrange o saldo de clientes, adiantamentos e outros créditos

B) Impostos a recuperar

Os créditos relativos a imposto de renda são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

C) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação e custos, menos o valor residual durante a vida útil. As vidas úteis estimadas para o período corrente foram revisadas em 31 de dezembro de 2019 conforme tabela abaixo:

Bens	Vida útil estimada
Edificações	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



D) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

E) Obrigações sociais e trabalhistas

Valores das obrigações salariais e respectivos encargos sociais, devidos até a data do balanço.

F) Instituições financeiras

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

G) Obrigações tributárias

Corresponde aos Tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, Estadual e Municipal, inclusive taxas e emolumentos, demonstrados por valores nominais, acrescidos dos encargos, quando devidos até a data do balanço.

H) Provisões para contingências

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos nos processos judiciais pendentes na data do balanço

I) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo que para o exercício de 2019, a empresa optou pela tributação do resultado com base no Lucro Real.

J) Reconhecimento receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização normal das atividades da Entidade.

K) Despesas Financeiras

As despesas financeiras são reconhecidas respeitando-se o regime de competência, e incluem, os juros pagos ou creditados sobre empréstimos e financiamentos, os descontos concedidos, as tarifas bancárias, juntamente com as perdas em aplicação de renda variável.



L) Despesas Financeiras

As despesas financeiras são reconhecidas respeitando-se o regime de competência, e incluem, os juros pagos ou creditados sobre empréstimos e financiamentos, os descontos concedidos, as tarifas bancárias, juntamente com as perdas em aplicação de renda variável.

NOTA 04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	19.671,61	6.411,46
Banco conta movimento	27.788,15	353.598,27
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>100.000,00</u>	<u>0,00</u>
Soma	147.459,76	360.009,73

NOTA 05 CLIENTES

As contas clientes correspondem aos valores a receber e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de participações em jogos, emolumentos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Apresenta a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Clientes -Parcelamentos</u>	<u>980.648,74</u>	<u>510.668,95</u>
Soma	980.648,74	510.668,95

NOTA 06 ADIANTAMENTOS

Apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamento Férias	10.841,45	9.647,61
<u>Adiantamento Salário</u>	<u>450,00</u>	<u>22.125,00</u>
Soma	11.291,45	31.772,61

NOTA 07 IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ saldo negativo 2016	0,00	3.667,06
CSLL saldo negativo 2016	0,00	2.200,23



Descrição	2019	2018
IRPJ saldo negativo 2017	0,00	10.866,16
IRPJ pgto. a maior	0,00	3.555,75
IR a recuperar aplicações	2.676,57	2.676,57
FGTS a recuperar	0,00	5.602,01
Soma	2.676,57	28.567,78

NOTA 08 DEPOSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais referem-se a recursos de ações trabalhistas:

Descrição	2019	2018
Processos judiciais trabalhistas	51.666,78	0,00
Soma	51.666,78	0,00

NOTA 09 IMOBILIZADO

Bens de uso da empresa, com a seguinte composição do saldo contábil:

Imobilizado	Saldos em		Movimentos em 2019
	31/dez/19	31/dez/18	(+) Acréscimos
(+) Bens			
Edificações	3.124.745,74	3.124.745,74	0,00
Equipamentos e instalações	294.992,26	277.372,32	17.619,94
Móveis e Utensílios	186.281,05	185.591,80	689,25
Veículos	244.200,09	160.540,10	83.659,99
	3.850.219,14	3.748.249,96	101.969,18

Imobilizado	Saldos em		Movimento 2019
	31/dez/19	31/dez/18	(+) acréscimos
(-) Depreciações			
Edificações	(1.337.391,29)	(1.212.401,45)	(124.989,84)
Equipamentos e instalações	(256.934,55)	(252.028,45)	(4.906,10)
Móveis e Utensílios	(182.991,89)	(182.719,09)	(272,80)
Veículos	(86.143,01)	(43.150,20)	(42.992,81)
Total Depreciações	(1.863.460,74)	(1.690.299,19)	(173.161,55)
(=) Saldos Residuais	1.986.758,40	2.057.950,77	

NOTA 10 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Apresentam a seguinte composição

Descrição	2019	2018
Salário a pagar	52.003,03	82.107,28
Pró-labore a pagar	37.309,39	34.944,36
Conselho fiscal a pagar	0,00	5.669,22

Descrição	2019	2018
Rescisões a pagar	62.735,79	0,00
FGTS a recolher	14.201,98	33.078,63
INSS a recolher	57.255,81	61.487,73
IRRF a recolher	55.362,90	77.226,69
Provisões férias e encargos	220.011,51	264.385,18
Soma	498.880,41	558.899,09

NOTA 11 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	2019	2018
Bando Bradesco CDC	84.980,68	129.159,45
Banco Bradesco - conta garantida	486.010,10	183.212,50
(-) Juros empréstimos Bradesco CDC	-10.907,69	-22.991,08
Soma	560.083,09	289.380,87

NOTA 12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
COFINS a recolher	60.028,09	21.345,75
PIS a recolher	13.032,36	4.634,27
IR-Fonte a recolher	0,00	138,40
ISS a recolher	57,53	22,88
CRF a recolher	13,33	1.395,00
INSS construção a recolher	122,50	122,50
IR a recolher	4.038,93	450,00
CSLL a recolher	3.450,03	0,00
Soma	80.742,77	28.108,80

NOTA 13 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PARCELADAS

As obrigações tributárias parceladas referem-se a parcelamentos de débitos previdenciários e fazendários.

A entidade efetuou adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, Lei 13.946, de 24 de outubro de 2017, no âmbito da SRF – Secretária de Receita Federal do Brasil e na PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ocasionando a desistência do REFIS da Lei 11.941/2009, e transferindo os valores devidos para o novo programa, mantendo a discussão sobre os valores referente ao Depósito Judicial no montante de R\$ 2.080.000,00.



Descrição	2019		2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Parc. PERT PGFN - Déb. Prev.	84.780,05	921.887,74	83.309,04	1.466.399,71
Parc. PERT PGFN - Demais Déb..	28.128,63	260.482,17	13.150,20	257.076,08
Parc. PERT PGFN - Déb. Prev.	12.391,48	19.963,64	27.378,60	29.587,95
Parc. PERT PGFN - Demais Déb.	13.553,74	58.285,98	13.159,08	69.085,17
Soma	138.853,90	1.260.619,53	136.996,92	1.822.148,91

Em dezembro de 2019 foi constatado mediante alvará judicial, que na conta Deposito Judicial Banco Caixa econômica federal Agência 3954 conta 11.757-5, em 31/12/2019 não apresenta saldo, sendo que o saque da referida conta não consta em identificações de compensações realizadas. No decorrer do exercício de 2020 será registrado na PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), através do programa regularize, uma solicitação para identificar qual destinação foi dada aos recursos baixados da referida conta.

NOTA 14 CREDORES DIVERSOS

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Associação de clubes	49.775,48	31.188,53
Seguros	4.823,47	2.158,56
Repasse Arbitragem	279.902,91	0,00
Repasse sport promotion SC	0,00	7.279,20
Patrocínio catarinense de clubes	0,00	5.599,42
INSS s/ receita de jogos	112.834,61	0,00
INSS arbitragem borderô	39.150,78	0,00
SINAFESC	290,25	897,50
Soma	486.777,50	47.123,21

NOTA 15 PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Do total de 10 ações contra a entidade, 04 refere-se a ações civis de natureza indenizatórias e 05 ações civis de natureza trabalhista. Apresentando a seguinte composição das perdas prováveis provisionadas:

Descrição	2019	2018
Processos judiciais indenizatórios	404.500,00	192.500,00
Processos judiciais trabalhistas	390.000,00	230.000,00
Soma	794.500,00	422.500,00

NOTA 16 SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADOS

No exercício de 2019, a entidade apresentou um Superávit no valor de no valor de R\$ 29.133,59(Vinte e nove mil cento e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos). Reduzindo o Patrimônio Líquido a descoberto no montante de R\$ 671.539,19 (Seiscentos e setenta e um mil quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos) para R\$ 642.405,60 (Seiscentos e quarenta e dois mil quatrocentos e cindo reais e sessenta centavos) gerando efeito positivo no saldo do patrimônio líquido. A administração da entidade continuará tomando ações para reverter o saldo do Patrimônio Líquido que embora tenha melhorado permanece descoberto.

NOTA 17 COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade mantém seguros contratados sobre seus bens, por valores julgados suficientes para cobertura de eventuais sinistros conforme segue:

Seguradora	Apólice	Vigência	Prêmio	Modalidade	Valor Cobertura
HDI Seguros	1003431750349	06/2019 a 06/2020	2.542,91	Veículo	100.000,00
MVA Seguradora	122904116	06/2019 a 06/2020	1.814,50	Veículo	200.000,00
Azul Seguros	53100092300	01/2019 a 01/2020	2.385,10	Veículo	100.000,00
Tokio marine seguros	180001879799	10/2019 a 10/2020	5.211,02	Predial	4.300.000,00

NOTA 18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita apresentada no demonstrativo de resultado compõe-se da seguinte composição:

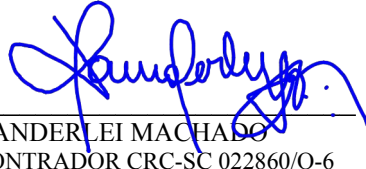
	2019	2018
RECEITA BRUTA	6.793.408,43	5.805.621,53
Participação em jogos	1.544.151,80	1.315.385,37
Taxas e emolumentos	2.234.798,87	1.884.383,43
Patrocínios	2.924.381,26	2.598.500,00
Eventuais	90.076,50	7.352,73
DEDUÇÕES	(621.533,03)	(524.249,30)
CONFIS	(510.678,63)	(430.760,80)
PIS	(110.854,40)	(93.488,50)
RECEITA LÍQUIDA	6.171.875,40	5.281.372,23

NOTA 19 RESULTADO FINANCEIRO

Saldo apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
RESULTADO FINANCEIRO	(60.601,86)	(30.294,42)
DESPESAS FINANCEIRAS	(70.925,03)	(42.205,08)
Juros pagos	(40.707,80)	(21.852,56)
Descontos concedidos	(11.300,62)	(1.251,70)
Despesas bancárias	(18.916,61)	(19.100,82)
RECEITA FINANCEIRA	10.323,17	11.910,66
Rendimento de aplicações	7.605,28	11.908,25
Juros recebidos	2.717,89	2,41


 RUBENS RENATO ANGELOTTI
 PRESIDENTE
 CPF 139.377.079-72


 VANDERLEI MACHADO
 CONTRADOR CRC-SC 022860/O-6
 CPF 708.513.289-20



FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL

Fundada em 12 de abril de 1924

Reconhecida de utilidade pública, através da Lei nº 1.611 /1928

FILIADA À CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ilmos. Srs. Membros da Assembleia Geral da Federação Catarinense de Futebol

O Conselho Fiscal da **FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL** no âmbito de suas competências estatutárias, comunica Vossas Senhorias que, em reunião realizada no dia 12 de março de 2020, estando presentes os senhores Conselheiros Fiscais titulares Ênio Gomes e Rodrigo Vieira Gallotti Nunes, os citados conselheiros, no âmbito de suas competências estatutárias, efetuaram a análise e a avaliação dos documentos e das demonstrações econômico-financeiras apresentadas na data de ontem pela Diretoria Executiva, identificados pelos balanços patrimonial e de resultados, bem como, pelas demais demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o parecer exarado pelo Auditor independente.

Após exame dos referidos demonstrativos, os Conselheiros presentes constataram a exatidão e a correção com que foram efetuados os documentos contábeis apresentados, considerando a sua atualização, autenticidade e a forma adotada quanto a correção da escrituração contábil e a observância das normas legais referentes a matéria.

Desta forma, com base no parecer exarado pelo nobre Auditor Independente, os membros do Conselho Fiscal emitem parecer favorável e recomendam aos senhores representantes das ligas não-profissionais, dos clubes filiados e demais participantes da Assembleia Geral com direito a voto, a aprovação do balanço geral e das demais contas relativas ao exercício de 2019.

Balneário Camboriú (SC), 12 de março de 2020.


Ênio Gomes
Conselheiro


Rodrigo Viera Gallotti Nunes
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Presidente da
FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Federação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Federação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Federação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Federação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Federação.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Federação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Federação a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

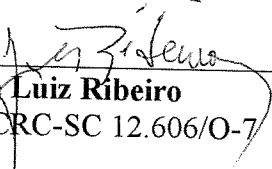


Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros Assuntos

A entidade em 2019 apresentou o Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ - 642.405,60 apesar de no exercício de 2019 ter apresentado superávit a Administração continuará tomando ações no sentido de reverter o valor conforme descrito na nota explicativa número 16.

Balneário Camboriú (SC), 09 de março de 2020.



Jorge Luiz Ribeiro
Contador-CRC-SC 12.606/O-7